

...SBS, Fernando Cabrita, Desobediência (paralela), Miguel de Almeida (paralela), José Carlos Sereno (paralela), Henrique (paralela), Paulo (paralela), ...
 ...SBS, Fernando Cabrita, Desobediência (paralela), Miguel de Almeida (paralela), José Carlos Sereno (paralela), Henrique (paralela), Paulo (paralela), ...
 ...SBS, Fernando Cabrita, Desobediência (paralela), Miguel de Almeida (paralela), José Carlos Sereno (paralela), Henrique (paralela), Paulo (paralela), ...

MALU GASPAS

Malu Gaspar
 malu.gaspar@globo.com.br

A catástrofe e o despreparo

Já faz um tempo que virou moda usar a emergência climática para fazer marketing. Empresas gastam fortunas com relatórios e consultorias que atestem sua responsabilidade ambiental e social, colocando o apelo "verde" em seus produtos sempre que podem — e também quando não podem. Declarar engajamento na preservação do meio ambiente é obrigatório para quase todos os políticos, inclusive os que trabalham pela destruição. As conferências mundiais sobre o tema se tornaram grandes eventos midiáticos para os quais se enviam caravanas. Só o Brasil mandou no ano passado a Dubai, para a Conferência do Clima da ONU, 69 deputados, 16 senadores e 12 governadores, que participaram de seminários e painéis de alto nível sobre como salvar a Terra do aquecimento. Tudo fotografado, documentado e disseminado nas redes sociais, como atestado de virtude.

Não que esse tipo de reunião não seja importante. Encontrar soluções para tentar conter os danos das tragédias climáticas e ambientais é urgente e só acontecerá com a troca de experiências e a adoção de uma nova concertação global. A cada desastre, porém, esse teatro fica ainda mais desmoralizado. Países assinam compromissos com metas sabendo que dificilmente as cumprirão. Candidatos a presidente prometem iniciativas para conter a mudança que muito provavelmente não implementarão. E a primeira vez que governadores e prefeitos sacrificam quando precisam fazer cortes é de prevenção a desastres ambientais.

Por isso faz todo o sentido chamar os políticos à responsabilidade diante de uma catástrofe como a do Rio Grande do Sul. Só não faz sentido acreditar que a cobrança e os ataques sejam suficientes para fazê-los mudar de atitude.

Já aconteceu depois dos temporais que varreram a Região Serrana do Rio de Janeiro em 2011, deixando 918 mortos. Dois anos depois, quando as chuvas mataram mais de 40 pessoas em Minas Gerais e no Espírito Santo. Em 2015 e 2019, após o estouro das barragens de Mariana (MG) e Brumadinho (MG), que deixou ao todo 289 vítimas fatais. Ou em fevereiro de 2023, quando as



chuvas devastaram São Sebastião, no Litoral Norte paulista, vitimando 65 pessoas. E assim chegamos ao Rio Grande do Sul, onde já pereceram mais de cem pessoas e onde vem se revelando o mesmo enredo de relaxamento de leis ambientais e fiscalização, falhas de manutenção e falta de investimento na prevenção.

Há outra razão por que a prestação sobre as autoridades, por maior que seja, corre sério risco de ser inócua: o flagrante despreparo para catástrofes de magnitude cada vez maior. Se a prevenção já não funciona quando se conhecem as soluções — como planos de contenção de encostas, esquemas de alerta e remoção da população de áreas de risco —, pior fica quando se está diante de fenômenos de escala inédita e efeitos inesperados. Esse é um dos fatores que parecem agravar a situação no Sul e que tem sido cada vez mais preponderante nas tragédias registradas ao redor do mundo.

Desde que as águas tomaram Porto Alegre, ficou claro que o esquema de contenção de encostas montado em torno da cidade estava obsoleto, tinha falhas de manutenção, e isso exacerbou os efeitos da calamidade. Mas, se operasse de forma impecável, teria resistido a enchente tão avassaladora? Parte das 23 bombas instaladas para lançar a água da chu-

va para fora do perímetro da cidade não funcionou porque estava sobrecarregada. Se elas fossem maiores ou mais potentes, adiantaria bombear água de volta ao aqueduto?

Em 2022, quando as chuvas inundaram dois terços do território do Paquistão e mataram mais de 1,7 mil pessoas, o sistema de drenagem não fez muita diferença porque não havia para onde drenar a água, tamanha a escala da inundação.

O fato de não existirem instrumentos para impedir catástrofes de dimensão tão gigantesca introduziu um complicador a mais numa crise que já era grave. As chuvas do Rio Grande do Sul sucederam uma estiagem severa e mais de dez ciclones extratropicais apenas em 2023.

Certamente haverá muito debate sobre o caso do Sul nos próximos anos, assim como uma necessária revisão dos planos de prevenção, de resgate e de acolhimento às vítimas. O que mais preocupa, porém, é constatar que o tamanho das calamidades tem crescido na mesma medida do em-ba- o em torno da questão climática, sem que haja solução viável para os desafios que a nova realidade nos impõe. O que evidentemente não isenta os governantes de responsabilidade. Pelo contrário, só expõe a dimensão do nosso despreparo.

ARTIGO

Adaptação às mudanças climáticas não pode mais esperar

GUILHERME SYRKIS
 E FERNANDA WESTIN WILLS

A tragédia que assola o Rio Grande do Sul é um chamado urgente para que o Brasil se adapte aos eventos climáticos extremos. Um levantamento do Centro Brasil no Clima (CBC) revela uma realidade alarmante: apenas três dos 27 estados brasileiros têm planos de adaptação climática atualizados. A maioria dos estados nem sequer conta com um plano estruturado, enquanto outros precisam de atualização ou complementação.

Esse cenário evidencia a necessidade de colocar as políticas de adaptação no topo das agendas dos governos estaduais. Adaptar nossas cidades requer investimentos em infraestrutura resiliente, que ofereçam retorno financeiro de longo prazo, embora de baixa atratividade imediata. Para viabilizar esses projetos, é necessário usar instrumentos inovadores de financiamento, como o *blended finance*, que combina recursos públicos, privados e filantrópicos.

Os investimentos em adaptação são imprescindíveis e têm potencial para gerar empregos e impulsionar o desenvolvimento regional. No entanto, o Brasil precisa criar uma ampla rede de especialistas locais. Esse capital humano é essencial para planejar e implementar medidas efetivas de resiliência, levando em conta as particularidades

de cada região e os tipos de eventos extremos a que estão expostos.

É preciso registrar que muitos dos planos de emergência nos estados e municípios são precários e deixam a população vulnerável. Assim, é fundamental criar núcleos de emergência bem estruturados, com comunicação rápida e direta, capazes de abrigar e atender as pessoas com dignidade e eficiência. É imprescindível a realização de obras de contenção de encostas, diques, barragens e açudes e a desocupação de áreas de preservação permanente.

Os recursos dos estados voltados para as mudanças climáticas são escassos. Dos oito fundos estaduais para financiar as questões voltadas às mudanças do clima que existem, apenas cinco funcionam. Os Planos Plurianuais quase não incluem a questão climática entre as iniciativas planejadas e o orçamento. O novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) oferece recursos insuficientes para as medidas de gestão ambiental e climática, e o Congresso Nacional vai na contramão ao alterar o Código Florestal. Há ainda a urgência de rever os projetos de construção de casas populares em áreas de risco, preparar infraestrutura urbana para os novos cenários e investir em

educação pública sobre o tema, incluindo a variável adaptação no planejamento público e nas iniciativas privadas.

É imprescindível uma maior integração entre os diferentes níveis de governo, destacando o papel central dos estados. Os Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas precisam ser fortalecidos, ter caráter permanente e contribuir para a disseminação de boas práticas e soluções inovadoras. Precisamos de uma união nacional em torno da priorização das políticas de adaptação às mudanças climáticas e da melhoria do atendimento a emergências.

As tragédias, como a do Rio Grande do Sul, são um lembrete doloroso de que a adaptação às mudanças climáticas não pode mais esperar. É hora de agir com visão de longo prazo e abordagem sistêmica, investindo em capacitação técnica, infraestrutura resiliente, aprimoramento dos planos de emergência e maior integração entre os entes federativos. Somente com um esforço conjunto e coordenado poderemos construir um Brasil mais preparado para os desafios climáticos, protegendo vidas e patrimônios e garantindo um futuro sustentável para todos. A adaptação é um imperativo, e precisamos abraçá-la com seriedade, assertividade e sensibilidade.

Guilherme Syrkis é diretor executivo do Centro Brasil no Clima (CBC), e Fernanda Westin Wills é consultora sênior do CBC.

ARTIGO

A questão do X

LUIZ CLAUDIO LATGE

Você concordou com os termos do X (antigo Twitter), por mais que se assombre e se revoltar com as declarações e ações do milionário Elon Musk. Só não leu as letras miúdas dos termos de uso da plataforma digital. Assinou embaixo. Embora não se lembre de ter assinado nada. É que, para a empresa, se você usa seus serviços, você concorda com as regras. Está tudo lá. Se tiver queixa, não adianta nem reclamar com o bispão, as questões devem ser resolvidas num tribunal da Califórnia, nos Estados Unidos, berço das big techs. Lembra? Você também está de acordo com isso.

É importante entender o modo de operar das plataformas digitais para decifrar a investida de Elon Musk contra o Brasil e o Supremo, quando o país pretende debater a regulamentação das mídias e serviços digitais, como fez recentemente com sucesso a União Europeia, ao aprovar suas leis digitais. Apesar de soar como infantarronco, o dono do X parou a perna em todo mundo, para usar uma expressão que tem aderência a seu estilo, e deu um passo à frente no debate que se impõe.

O primeiro efeito da denúncia de censura no Brasil, além de notas de protesto e indignação das autoridades, foi que o trabalho produzido ao longo de mais de dois anos de debates, entre boicotes e contratempos, foi parar no lixo, rasgado pelo presidente da Câmara, deputado Arthur Lira. O texto não passa no Congresso, disse ele: a Câmara é conservadora.

Mas a questão do X é maior que isso. A nota da Comissão de Justiça da Câmara dos Estados Unidos ajuda a decifrar. Considere

que as razões alegadas para a "censura" das plataformas digitais voltam ao ponto de partida. Mas, como não temos o contrato de uso do X, talvez isso não signifique muito.

Musk e seu X, que as plataformas são reguladas pelo contrato de uso. Qualquer entendimento além disso representa uma violação inaceitável da livre expressão, acima de qualquer legislação.

O X é uma empresa privada, com sede nos Estados Unidos, expoente do novo capitalismo com atuação em todo o planeta. Por ideologia ou pela proteção do negócio, toma desinformação como liberdade de expressão; a regulamentação ou qualquer tentativa de enquadramento legal como censura; e a responsabilização judicial como tentativa de estabelecimento de uma ditadura. O documento, é claro, não mira apenas o Brasil.

A regulamentação das plataformas digitais volta ao ponto de partida. Mas, como não temos o contrato de uso do X, talvez não signifique muito. Na última vez em que se confrontou com o Supremo, quando se recusou a retirar postagens que glorificavam ataques contra estudantes nas escolas em 2023, o X respondeu às perguntas da Folha de São Paulo com um emoji de cocô. Se não estivermos contentes, devemos recorrer à Justiça americana. Musk já antecipou que, como a empresa tem sede nos Estados Unidos, não pode concordar com ações que signifiquem atentado contra a livre expressão. Qualquer outro tribunal que não na Califórnia, seria "inconveniente". O x da questão é que, sem a regulamentação, a gente concorda com isso.

Luiz Claudio Latgé é jornalista